

2024

Produção Legislativa por Políticas Públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Administração pública	
Lei 24.678, de 17/01/2024	Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024. Origem: Projeto de Lei 1.497/2023, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Lei 24.791, de 06/06/2024	Institui, no âmbito do Estado, a Política Estadual de Prevenção e Combate a Furtos e Roubos de cabos, fios metálicos, fibras ópticas, geradores, baterias, transformadores, equipamentos de transmissão, placas metálicas e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 3.684/2022, de autoria do Deputado Charles Santos
Lei Complementar 174, de 07/06/2024	Altera a Lei Complementar 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. Origem: Projeto de Lei Complementar 40/2023, de autoria do Tribunal de Justiça
Controle da Administração Pública	
Lei Complementar 179, de 27/12/2024	Institui a Lei Rafaela Drummond, que prevê medidas de combate ao assédio moral no serviço público no Estado. (Acrescenta inciso XII ao artigo 217, artigo 217-A e inciso VII ao artigo 250 da Lei 869 1952, dispondo sobre assédio moral contra servidor público.) Altera a Resolução 5310, de 21 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências.
Resolução 5.625, de 11/07/2024	Altera a Resolução 5310, de 21 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências. Origem: Projeto de Resolução 41/2024, de autoria da Mesa da Assembleia
Resolução 5.634, de 13/12/2024	Estabelece diretrizes para a contratação de serviços objeto de execução indireta pela Assembleia Legislativa e dá outras providências. Origem: Projeto de Resolução 60/2024, de autoria da Mesa da Assembleia
Gestão de Pessoas	

2024

Lei 24.995, de 26/09/2024	Altera o caput e acrescenta os §§ 3º e 4º ao art 1º da Lei 23576, de 15 de janeiro de 2020, que dispõe sobre as condições de trabalho das policiais militares, civis e penais, bombeiros militares e agentes socioeducativas, quando gestantes e lactantes. Origem: Projeto de Lei 3.851/2022, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Lei 25.090, de 23/12/2024	Altera as Leis 15301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo; 15293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica do Estado; e 20010, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. (Cria e extingue cargos de provimento efetivo de carreiras que especifica e dispõe sobre unidades de CTPM.) Origem: Projeto de Lei 406/2023, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Lei Complementar 176, de 12/07/2024	Altera a Lei Complementar 121, de 29 de dezembro de 2011, que altera a Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (Altera caput do art 8º e revoga incisos I, II e III do caput do art 8º, dispondo sobre concessão de licença-maternidade por adoção de criança de até 12 anos de idade incompletos por 120 dias, prorrogáveis por 60 dias.) Origem: Projeto de Lei Complementar 42/2024, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Lei Complementar 177, de 17/07/2024	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar 59, de 18 de janeiro de 2011, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, para prever o Programa de Residência Jurídica nos órgãos auxiliares da Justiça. Origem: Projeto de Lei Complementar 24/2023, de autoria do Tribunal de Justiça
Resolução 5.632, de 13/12/2024	Susta os efeitos do art 5º da Resolução 5295, de 13 de julho de 2023, do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais. Origem: Projeto de Resolução 26/2023, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Gestão Governamental	
Lei 24.673, de 12/01/2024	Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 2.885/2021, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Resolução 5.634, de 13/12/2024	Estabelece diretrizes para a contratação de serviços objeto de execução indireta pela Assembleia Legislativa e dá outras providências. Origem: Projeto de Resolução 60/2024, de autoria da Mesa da Assembleia

2024

Gestão Patrimonial e de Bens	
Lei 24.672, de 12/01/2024	Altera os §§ 2º e 3º do art 7º da Lei 11552, de 1994, e revoga o art 94 da Lei 11050, de 1993. (Que dispõe a doação de equipamentos que integram projetos de pesquisa adquiridos com recursos liberados pela Fapemig a entidades privadas sem fins lucrativos.) Origem: Projeto de Lei 3.619/2022, de autoria do Deputado Antonio Carlos Arantes
Lei 24.932, de 26/07/2024	Altera a Lei 23418, de 18/9/2019, que dispõe sobre o aproveitamento dos armamentos, peças, componentes e munições apreendidos pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do Estado. Origem: Projeto de Lei 2.487/2021, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Planejamento e Orçamento	
Lei 24.677, de 16/01/2024	Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio de 2024-2027 - PPAG 2024-2027. Origem: Projeto de Lei 1.496/2023, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Lei 24.678, de 17/01/2024	Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024. Origem: Projeto de Lei 1.497/2023, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Lei Complementar 175, de 14/06/2024	Altera a Lei Complementar 171, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a transposição e a transferência dos saldos constantes dos Fundos de Saúde dos municípios, provenientes de repasses da Secretaria de Estado de Saúde, e de saldos financeiros resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado e dá outras providências. (Acrescenta o art 2º-A, vedando a transposição ou transferência, pelos municípios, dos recursos provenientes do pagamento da dívida do Pro-Hosp pelo Fundo Estadual de Saúde, para outra finalidade ou beneficiário, diferente das definidas nas resoluções de origem.) Origem: Projeto de Lei Complementar 45/2024, de autoria do Deputado João Magalhães

2024

AGROPECUÁRIA	
Agricultura Familiar	
Lei 24.970, de 17/09/2024	Dispõe sobre equipamentos de segurança na agricultura familiar e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 325/2019, de autoria do Deputado Celinho Sintrocel
Agropecuária	
Lei 24.759, de 27/05/2024	Reconhece o mel de aroeira do Norte de Minas como de relevante interesse econômico e social do Estado.
	Origem: Projeto de Lei 3.331/2021, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Lei 24.818, de 14/06/2024	Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Incentivo aos Produtores Rurais atingidos pelas chuvas e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 3.456/2022, de autoria do Deputado Thiago Cota
Lei 24.849, de 27/06/2024	Institui o Polo da Cachaça do Vale do Piranga.
	Origem: Projeto de Lei 68/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação
Cadeias Produtivas da Agropecuária	
Lei 24.659, de 09/01/2024	Institui o Polo de Fruticultura de Visconde do Rio Branco e Região.
	Origem: Projeto de Lei 3.027/2021, de autoria do Deputado Coronel Henrique
Lei 24.664, de 10/01/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival Café com Música, no Município de Cristina.
	Origem: Projeto de Lei 964/2023, de autoria do Deputado Duarte Bechir
Lei 24.759, de 27/05/2024	Reconhece o mel de aroeira do Norte de Minas como de relevante interesse econômico e social do Estado.
	Origem: Projeto de Lei 3.331/2021, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Lei 24.849, de 27/06/2024	Institui o Polo da Cachaça do Vale do Piranga.
	Origem: Projeto de Lei 68/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação
Instrumentos de Desenvolvimento Agrícola	
Lei 24.674, de 12/01/2024	Dispõe sobre as medidas para a prevenção da introdução e controle de doenças aviárias de alta patogenicidade no Estado e dá outras providências.

2024

	Origem: Projeto de Lei 1.784/2023, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Lei 25.072, de 20/12/2024	Institui o Passaporte Equestre e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 1.376/2020, de autoria do Deputado Bruno Engler

ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proteção Social	
Lei 24.670, de 10/01/2024	Acrescenta inciso ao art 4º da Lei 22256, de 27 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. Origem: Projeto de Lei 49/2023, de autoria do Deputado Charles Santos
Lei 24.786, de 06/06/2024	Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 2.218/2020, de autoria do Deputado Cristiano Silveira

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
Inovação	
Lei 24.672, de 12/01/2024	Altera os §§ 2º e 3º do art 7º da Lei 11552, de 1994, e revoga o art 94 da Lei 11050, de 1993. (Que dispõe a doação de equipamentos que integram projetos de pesquisa adquiridos com recursos liberados pela Fapemig a entidades privadas sem fins lucrativos.) Origem: Projeto de Lei 3.619/2022, de autoria do Deputado Antonio Carlos Arantes
Tecnologia de Comunicação e Informação	
Lei 24.822, de 20/06/2024	Dispõe sobre o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado, para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração - 5G. Origem: Projeto de Lei 2.538/2021, de autoria dos Deputados Antonio Carlos Arantes, Rosângela Reis

2024

CRIANÇA E ADOLESCENTE	
Criança e Adolescente	
Lei 2.022, de 20/12/2024	Altera a Lei 18136, de 14 de maio de 2009, que institui a Política Estadual de Juventude e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 3.954/2022, de autoria da Deputada 3954
Lei 25.081, de 20/12/2024	Dispõe sobre a instituição da política estadual contra o etarismo, com o objetivo de combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades entre as diferentes faixas etárias, e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 851/2023, de autoria da Deputada Marli Ribeiro
Lei 25.110, de 27/12/2024	Institui o Selo Empresa Amiga da Primeira Infância no Estado de Minas Gerais. Origem: Projeto de Lei 66/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação

CULTURA	
Cultura	
Lei 24.927, de 24/07/2024	Confere ao Município de João Monlevade o título de Capital Estadual do Fio Máquina. Origem: Projeto de Lei 780/2023, de autoria do Deputado Tito Torres
Direitos Culturais	
Lei 24.664, de 10/01/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Festival Café com Música, no Município de Cristina. Origem: Projeto de Lei 964/2023, de autoria do Deputado Duarte Bechir
Lei 24.666, de 10/01/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural e patrimônio imaterial do Estado o Cemitério dos Escravos, localizado no Município de Santa Luzia. Origem: Projeto de Lei 3.505/2022, de autoria da Deputada Beatriz Cerqueira
Lei 24.841, de 27/06/2024	Declara de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora das Mercês, realizada no Município de Nova Serrana. Origem: Projeto de Lei 794/2023, de autoria do Deputado Fábio Avelar
Lei 24.846, de 27/06/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer doces no Município de Araxá. Origem: Projeto de Lei 1.086/2019, de autoria do Deputado Bosco
Lei 24.848, de 27/06/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado o Bairro Borboleta, no Município de Juiz de Fora.

2024

	Origem: Projeto de Lei 3.605/2022, de autoria do Deputado Celinho Sintrocel
Lei 24.860, de 27/06/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural e como patrimônio imaterial do Estado o evento Cheiro de Relva, do Município de Viçosa.
	Origem: Projeto de Lei 1.300/2023, de autoria do Deputado Roberto Andrade
Lei 24.863, de 27/06/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Casa do Café com Leite do Município de Ouro Fino.
	Origem: Projeto de Lei 1.494/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Lopes
Lei 24.864, de 27/06/2024	Dispõe sobre diretrizes para a criação de política pública para o desenvolvimento do Sistema de Mapeamento das Mulheres Técnicas, Artistas e Produtoras Culturais de Minas Gerais e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 1.192/2023, de autoria da Deputada Lohanna
Lei 24.907, de 23/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado as festas de agosto, do Município de Montes Claros.
	Origem: Projeto de Lei 2.742/2021, de autoria da Deputada Leninha
Lei 24.908, de 23/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Corporação Musical Padre Trigueiro, do Município de Bonfim, e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 3.232/2021, de autoria da Deputada Ione Pinheiro
Lei 24.911, de 23/07/2024	Declara como patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais a Capela de Santo Antônio e o cemitério localizados no subdistrito de Paracatu de Baixo, no Distrito de Monsenhor Horta, no Município de Mariana.
	Origem: Projeto de Lei 3.644/2022, de autoria da Deputada Beatriz Cerqueira
Lei 24.912, de 23/07/2024	Reconhece como de relevante interesse turístico e cultural o trecho mineiro da Rota Imperial.
	Origem: Projeto de Lei 694/2023, de autoria do Deputado Adriano Alvarenga
Lei 24.913, de 23/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Pedra Branca, localizada em Itamarati de Minas.
	Origem: Projeto de Lei 869/2023, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Lei 24.914, de 23/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Festa de São João Batista, do Distrito Morro de Ferro, Município de Oliveira.
	Origem: Projeto de Lei 956/2023, de autoria do Deputado Lucas Lasmar
Lei 24.916, de 23/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Ore Comigo.
	Origem: Projeto de Lei 1.688/2023, de autoria do Deputado Eduardo Azevedo
Lei 24.923, de 24/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural o Coral Araras Grandes, do Município de Araçuaí.

2024

	Origem: Projeto de Lei 3.782/2022, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Lei 24.924, de 24/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer doce mineiro no tacho de cobre.
	Origem: Projeto de Lei 3.796/2022, de autoria do Deputado Mauro Tramonte
Lei 24.925, de 24/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Preto Velho de Belo Horizonte.
	Origem: Projeto de Lei 3.894/2022, de autoria da Deputada Andréia de Jesus
Lei 24.926, de 24/07/2024	Reconhece como de relevante interesse turístico, cultural, social, gastronômico e religioso o caminho da Estrada Real.
	Origem: Projeto de Lei 264/2023, de autoria do Deputado Professor Cleiton
Lei 24.928, de 24/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a rota Caminho da Boiada de Guimarães Rosa, nos Municípios de Três Marias, Corinto, Morro da Graça, Curvelo, Cordisburgo e Araçá.
	Origem: Projeto de Lei 854/2023, de autoria do Deputado Lucas Lasmar
Lei 24.929, de 24/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural, social e econômico do Estado o Festival de Morangos, Rosas e Flores realizado no Município de Alfredo Vasconcelos.
	Origem: Projeto de Lei 1.370/2023, de autoria do Deputado Coronel Henrique
Lei 24.930, de 24/07/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural o evento Feira do Palmital, do Município de Santa Luzia.
	Origem: Projeto de Lei 1.466/2023, de autoria do Deputado Delegado Christiano Xavier
Lei 24.973, de 17/09/2024	Declara como patrimônio histórico e cultural imaterial da educação de Minas Gerais a Escola Estadual Governador Milton Campos, localizada no Município de Belo Horizonte.
	Origem: Projeto de Lei 3.574/2022, de autoria da Deputada Beatriz Cerqueira
Lei 24.974, de 17/09/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Município de Serro.
	Origem: Projeto de Lei 3.893/2022, de autoria da Deputada Andréia de Jesus
Lei 24.978, de 18/09/2024	Declara como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial da educação do Estado o Instituto de Educação de Minas Gerais - IEMG -, localizado no Município de Belo Horizonte.
	Origem: Projeto de Lei 765/2023, de autoria da Deputada Beatriz Cerqueira

2024

Lei 24.981, de 18/09/2024	Declara como patrimônio vivo e cultural, de natureza material e imaterial do Estado de Minas Gerais, as pescadoras e os pescadores artesanais, a atividade da pesca e a aquicultura familiar. Origem: Projeto de Lei 1.482/2023, de autoria do Deputado Leleco Pimentel
Lei 24.982, de 18/09/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Banda de Música do 3º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais do Município de Diamantina. Origem: Projeto de Lei 1.484/2023, de autoria do Deputado Duarte Bechir
Lei 24.989, de 20/09/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, situado na cidade de Oliveira. Origem: Projeto de Lei 1.040/2023, de autoria do Deputado Lucas Lasmar
Lei 24.990, de 20/09/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural, religioso, paisagístico, turístico e social, de natureza material e imaterial de Minas Gerais, o acervo do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Piranga. Origem: Projeto de Lei 763/2023, de autoria do Deputado Leleco Pimentel
Lei 24.992, de 23/09/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural e ambiental do Estado a retomada de terras indígenas. Origem: Projeto de Lei 814/2023, de autoria da Deputada Bella Gonçalves
Lei 24.999, de 25/10/2024	Declara como patrimônio histórico, cultural, religioso, turístico e social, de natureza imaterial de Minas Gerais, a Festa dos Mineiros, realizada há mais de 100 anos, no Distrito de Santo Antônio do Leite, em Ouro Preto. Origem: Projeto de Lei 1.051/2023, de autoria do Deputado Leleco Pimentel
Lei 25.000, de 25/10/2024	Declara como patrimônio histórico e cultural de natureza imaterial da educação de Minas Gerais a Escola Estadual Mário Campos e Silva, localizada no Município de Oliveira. Origem: Projeto de Lei 1.224/2023, de autoria do Deputado Lucas Lasmar
Lei 25.001, de 25/10/2024	Declara de relevante interesse cultural do Estado o Grêmio Recreativo Escola de Samba Cidade Jardim, com sede em Belo Horizonte. Origem: Projeto de Lei 1.522/2023, de autoria da Deputada Andréia de Jesus
Lei 25.002, de 25/10/2024	Declara como patrimônio cultural do Estado o Grupo Folclórico Aruanda. Origem: Projeto de Lei 1.423/2020, de autoria da Deputada Beatriz Cerqueira
Lei 25.039, de 27/11/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o monumento Pedra Grande, situado entre os Municípios de Itatiaiuçu, Igarapé, Mateus Leme e Brumadinho. Origem: Projeto de Lei 1.240/2023, de autoria do Deputado João Vítor Xavier

2024

Lei 25.041, de 27/11/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa do Congado de Rio Piracicaba.
	Origem: Projeto de Lei 1.284/2023, de autoria do Deputado Celinho Sintrocel
Lei 25.064, de 19/12/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento Contagem Geek, realizado no Município de Contagem.
	Origem: Projeto de Lei 1.446/2023, de autoria da Deputada Lohanna
Lei 25.076, de 20/12/2024	Declara patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado a dança folclórica Catopê.
	Origem: Projeto de Lei 3.253/2021, de autoria do Deputado Gil Pereira
Lei 25.112, de 27/12/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Feira do Artesanato de Santana do Araçuaí, localizada em Ponto dos Volantes.
	Origem: Projeto de Lei 1.567/2023, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Lei 25.119, de 27/12/2024	Declara patrimônio histórico, cultural e imaterial do estado o Conjunto Arquitetônico da Penitenciária José Maria Alkimin, no Município de Ribeirão das Neves.
	Origem: Projeto de Lei 3.854/2022, de autoria da Deputada Andréia de Jesus
Lei 25.120, de 27/12/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Travessia da Fé, rota de peregrinação entre os Municípios de Curvelo e Felixlândia.
	Origem: Projeto de Lei 853/2023, de autoria do Deputado Lucas Lasmar
Lei 25.121, de 27/12/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa de Nossa Senhora do Rosário do Município de Luz.
	Origem: Projeto de Lei 1.283/2023, de autoria do Deputado Celinho Sintrocel

DEFESA DO CONSUMIDOR	
Defesa do Consumidor e Responsabilização	
Lei 24.967, de 17/09/2024	Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, nas hipóteses que especifica.
	Origem: Projeto de Lei 1.364/2015, de autoria do Deputado Duarte Bechir
Educação e Informação	

2024

Lei 24.967, de 17/09/2024	Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, nas hipóteses que especifica. Origem: Projeto de Lei 1.364/2015, de autoria do Deputado Duarte Bechir
Lei 25.033, de 26/11/2024	Altera a Lei 19974, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a comercialização, por restaurantes, bares e similares, de produtos com preço definido por peso no cardápio. Origem: Projeto de Lei 2.216/2015, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Regulação Econômica	
Lei 24.970, de 17/09/2024	Dispõe sobre equipamentos de segurança na agricultura familiar e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 325/2019, de autoria do Deputado Celinho Sintrocel

DIREITOS HUMANOS	
Proteção e Restauração dos Direitos Humanos	
Lei 24.650, de 08/01/2024	Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Estado. Origem: Projeto de Lei 3.400/2021, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Lei 24.660, de 09/01/2024	Altera o disposto na Lei 22256, de 26/7/2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. Origem: Projeto de Lei 3.058/2021, de autoria do Deputado Leonídio Bouças
Lei 24.670, de 10/01/2024	Acrescenta inciso ao art 4º da Lei 22256, de 27 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. Origem: Projeto de Lei 49/2023, de autoria do Deputado Charles Santos
Lei 24.976, de 18/09/2024	Dispõe sobre o programa Cozinha Solidária no Estado. Origem: Projeto de Lei 203/2023, de autoria da Deputada Bella Gonçalves

2024

EDUCAÇÃO	
Educação	
Lei 24.844, de 27/06/2024	Dispõe sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação - PIA - para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública estadual de ensino.
	Origem: Projeto de Lei 1.235/2023, de autoria do Deputado Ulysses Gomes
Lei 24.968, de 17/09/2024	Institui a política estadual de assistência à saúde do estudante no âmbito da rede pública de educação básica.
	Origem: Projeto de Lei 3.088/2015, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Educação Básica	
Lei 25.090, de 23/12/2024	Altera as Leis 15301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo; 15293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos profissionais de educação básica do Estado; e 20010, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. (Cria e extingue cargos de provimento efetivo de carreiras que especifica e dispõe sobre unidades de CTPM.)
	Origem: Projeto de Lei 406/2023, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Modalidades de Ensino	
Lei 24.786, de 06/06/2024	Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 2.218/2020, de autoria do Deputado Cristiano Silveira

ENERGIA	
Combustíveis	
Lei 24.652, de 08/01/2024	Cria a Política Estadual de Incentivo ao Consumo do Etanol.
	Origem: Projeto de Lei 1.159/2023, de autoria do Deputado Raul Belém

2024

ESPORTE E LAZER	
Esporte	
Lei 24.651, de 08/01/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural a tradição skatista na cidade de Uberlândia. Origem: Projeto de Lei 670/2023, de autoria da Deputada Bella Gonçalves
Lei 24.937, de 26/07/2024	Dispõe sobre o incentivo à prática de corridas de rua no Estado. Origem: Projeto de Lei 3.560/2022, de autoria do Deputado Celinho Sintrocel
Lei 24.987, de 19/09/2024	Altera a Lei 20824 de 31 de julho de 2013, que concede incentivo a projetos esportivos e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 780/2019, de autoria do Deputado Coronel Henrique
Lazer	
Lei 24.651, de 08/01/2024	Reconhece como de relevante interesse cultural a tradição skatista na cidade de Uberlândia. Origem: Projeto de Lei 670/2023, de autoria da Deputada Bella Gonçalves

FINANÇAS PÚBLICAS	
Finanças Públicas	
Lei 24.756, de 27/05/2024	Dispõe sobre a Política de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de Minas e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 2.116/2015, de autoria do Deputado Bosco
Lei 25.070, de 20/12/2024	Dispõe sobre o período de cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e altera a Lei 12735, de 30 de dezembro de 1997. (Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências.) Origem: Projeto de Lei 1.336/2015, de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr.
Planejamento e Orçamento	
Lei 24.945, de 02/08/2024	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025. Origem: Projeto de Lei 2.366/2024, de autoria do Governador do Estado
Política Tributária	
Lei 24.652, de 08/01/2024	Cria a Política Estadual de Incentivo ao Consumo do Etanol. Origem: Projeto de Lei 1.159/2023, de autoria do Deputado Raul Belém
Lei 24.987, de 19/09/2024	Altera a Lei 20824 de 31 de julho de 2013, que concede incentivo a projetos esportivos e dá outras providências.

2024

	Origem: Projeto de Lei 780/2019, de autoria do Deputado Coronel Henrique
Lei 25.087, de 23/12/2024	Altera a Lei 6763, de 26 de dezembro de 1975. (Autoriza a localização de domicílio fiscal em escritório compartilhado.)
	Origem: Projeto de Lei 317/2023, de autoria da Deputada Lud Falcão
Lei 25.125, de 30/12/2024	Altera a Lei 15424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 1.931/2020, de autoria do Tribunal de Justiça
Transferências de Recursos	
Lei Complementar 175, de 14/06/2024	Altera a Lei Complementar 171, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a transposição e a transferência dos saldos constantes dos Fundos de Saúde dos municípios, provenientes de repasses da Secretaria de Estado de Saúde, e de saldos financeiros resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado e dá outras providências. (Acrescenta o art 2º-A, vedando a transposição ou transferência, pelos municípios, dos recursos provenientes do pagamento da dívida do Pro-Hosp pelo Fundo Estadual de Saúde, para outra finalidade ou beneficiário, diferente das definidas nas resoluções de origem.)
	Origem: Projeto de Lei Complementar 45/2024, de autoria do Deputado João Magalhães

IDOSO	
Atendimento ao idoso	
Lei 24.972, de 17/09/2024	Acrescenta o inciso X ao § 1º do art 4º da Lei 12666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 3.512/2022, de autoria do Deputado Arnaldo Silva
Idoso	
Lei 25.081, de 20/12/2024	Dispõe sobre a instituição da política estadual contra o etarismo, com o objetivo de combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades entre as diferentes faixas etárias, e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 851/2023, de autoria da Deputada Marli Ribeiro
Medidas de Proteção ao Idoso	
Lei 24.965, de 16/09/2024	Institui a Campanha de Combate a Golpes Financeiros Praticados contra Idosos e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 176/2023, de autoria da Deputada Alê Portela

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Comércio	
Lei 24.685, de 22/03/2024	Reconhece a região do Campo das Vertentes como polo mineiro de móveis rústicos e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 4.878/2017, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Lei 24.967, de 17/09/2024	Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS -, nas hipóteses que especifica. Origem: Projeto de Lei 1.364/2015, de autoria do Deputado Duarte Bechir
Lei 25.033, de 26/11/2024	Altera a Lei 19974, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a comercialização, por restaurantes, bares e similares, de produtos com preço definido por peso no cardápio. Origem: Projeto de Lei 2.216/2015, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Indústria	
Lei 24.685, de 22/03/2024	Reconhece a região do Campo das Vertentes como polo mineiro de móveis rústicos e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 4.878/2017, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Lei 24.927, de 24/07/2024	Confere ao Município de João Monlevade o título de Capital Estadual do Fio Máquina. Origem: Projeto de Lei 780/2023, de autoria do Deputado Tito Torres
Indústria, Comércio e Serviços	
Lei 24.785, de 06/06/2024	Regulamenta, no âmbito do Estado, o art 3º, § 1º, inciso III, da Lei Federal 13874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica -, para classificar atividades de baixo risco. Origem: Projeto de Lei 1.462/2020, de autoria do Deputado Bruno Engler
Lei 24.791, de 06/06/2024	Institui, no âmbito do Estado, a Política Estadual de Prevenção e Combate a Furtos e Roubos de cabos, fios metálicos, fibras ópticas, geradores, baterias, transformadores, equipamentos de transmissão, placas metálicas e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 3.684/2022, de autoria do Deputado Charles Santos
Lei 24.849, de 27/06/2024	Institui o Polo da Cachaça do Vale do Piranga. Origem: Projeto de Lei 68/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação

2024

Lei 25.087, de 23/12/2024	Altera a Lei 6763, de 26 de dezembro de 1975. (Autoriza a localização de domicílio fiscal em escritório compartilhado.)
	Origem: Projeto de Lei 317/2023, de autoria da Deputada Lud Falcão

MEIO AMBIENTE	
Biodiversidade	
Lei 24.944, de 02/08/2024	Acrescente dispositivos à Lei 20922, de 16 de outubro 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.
	Origem: Projeto de Lei 623/2019, de autoria do Deputado Antonio Carlos Arantes
Emergências Ambientais	
Lei 24.818, de 14/06/2024	Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Incentivo aos Produtores Rurais atingidos pelas chuvas e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 3.456/2022, de autoria do Deputado Thiago Cota
Fiscalização Ambiental	
Lei 24.939, de 26/07/2024	Dispõe sobre serviço destinado a receber denúncia de atos ou infrações praticadas contra o meio ambiente e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 383/2019, de autoria do Deputado Charles Santos
Licenciamento e Regularização Ambiental	
Lei 24.785, de 06/06/2024	Regulamenta, no âmbito do Estado, o art 3º, § 1º, inciso III, da Lei Federal 13874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica -, para classificar atividades de baixo risco.
	Origem: Projeto de Lei 1.462/2020, de autoria do Deputado Bruno Engler
Lei 24.944, de 02/08/2024	Acrescente dispositivos à Lei 20922, de 16 de outubro 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.
	Origem: Projeto de Lei 623/2019, de autoria do Deputado Antonio Carlos Arantes
Mudanças Climáticas	
Lei 24.818, de 14/06/2024	Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Incentivo aos Produtores Rurais atingidos pelas chuvas e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 3.456/2022, de autoria do Deputado Thiago Cota
Recursos Hídricos	
Lei 24.931, de 25/07/2024	Dispõe sobre a outorga coletiva do direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 754/2015, de autoria do Deputado Antonio Carlos Arantes

2024

MULHER	
Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	
Lei 24.670, de 10/01/2024	Acrescenta inciso ao art 4º da Lei 22256, de 27 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. Origem: Projeto de Lei 49/2023, de autoria do Deputado Charles Santos
Mulher	
Lei 24.845, de 27/06/2024	Dispõe sobre a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto nas redes pública e privada de saúde e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 1.358/2015, de autoria da Deputada Ione Pinheiro
Lei 24.988, de 20/09/2024	Altera a Lei 24317, de 8 de maio 2023, que cria o Selo Empresa Parceira da Mulher. (Acrescenta incisos VIII, IX, X e XI ao art 2º, adicionando requisitos para obtenção do Selo Empresa Parceira da Mulher.) Origem: Projeto de Lei 1.428/2023, de autoria da Deputada Nayara Rocha
Promoção de Direitos e Igualdade de Oportunidades	
Lei 24.988, de 20/09/2024	Altera a Lei 24317, de 8 de maio 2023, que cria o Selo Empresa Parceira da Mulher. (Acrescenta incisos VIII, IX, X e XI ao art 2º, adicionando requisitos para obtenção do Selo Empresa Parceira da Mulher.) Origem: Projeto de Lei 1.428/2023, de autoria da Deputada Nayara Rocha
Lei 24.995, de 26/09/2024	Altera o caput e acrescenta os §§ 3º e 4º ao art 1º da Lei 23576, de 15 de janeiro de 2020, que dispõe sobre as condições de trabalho das policiais militares, civis e penais, bombeiros militares e agentes socioeducativas, quando gestantes e lactantes. Origem: Projeto de Lei 3.851/2022, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Lei 25.075, de 20/12/2024	Altera a Lei 23904, de 3 de setembro de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no Estado. (Altera ementa e art 1º, para instituir Política de Dignidade e Saúde Menstrual.) Origem: Projeto de Lei 818/2023, de autoria da Deputada Leninha

MUNICÍPIOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Desenvolvimento Regional	
Lei 24.659, de 09/01/2024	Institui o Polo de Fruticultura de Visconde do Rio Branco e Região. Origem: Projeto de Lei 3.027/2021, de autoria do Deputado Coronel Henrique

2024

Lei 24.822, de 20/06/2024	Dispõe sobre o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado, para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração - 5G.
	Origem: Projeto de Lei 2.538/2021, de autoria dos Deputados Antonio Carlos Arantes, Rosângela Reis
Lei 24.849, de 27/06/2024	Institui o Polo da Cachaça do Vale do Piranga.
	Origem: Projeto de Lei 68/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação
Governança Regional	
Lei 24.673, de 12/01/2024	Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 2.885/2021, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Municípios e Desenvolvimento Regional	
Lei 24.822, de 20/06/2024	Dispõe sobre o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado, para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração - 5G.
	Origem: Projeto de Lei 2.538/2021, de autoria dos Deputados Antonio Carlos Arantes, Rosângela Reis
Política Urbana	
Lei 24.822, de 20/06/2024	Dispõe sobre o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado, para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração - 5G.
	Origem: Projeto de Lei 2.538/2021, de autoria dos Deputados Antonio Carlos Arantes, Rosângela Reis

PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Acessibilidade	
Lei 24.657, de 09/01/2024	Garante às pessoas com deficiência visual o direito de receber demonstrativos de consumo de água, energia elétrica, telefonia, internet, entre outros serviços, confeccionados em braile ou com letras ampliadas.
	Origem: Projeto de Lei 5.132/2018, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Lei 24.786, de 06/06/2024	Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 2.218/2020, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Pessoa com Deficiência	

2024

Lei 24.844, de 27/06/2024	Dispõe sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação - PIA - para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública estadual de ensino.
	Origem: Projeto de Lei 1.235/2023, de autoria do Deputado Ulysses Gomes
Lei 24.934, de 26/07/2024	Dispõe sobre o Programa Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down - ProDown - e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 631/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação
Lei 24.971, de 17/09/2024	Institui a Carteira de Identificação de Pessoa com Doença Rara - CIPDR - no âmbito do Estado.
	Origem: Projeto de Lei 3.099/2021, de autoria do Deputado Professor Wendel Mesquita
Lei 25.038, de 27/11/2024	Institui a Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 1.239/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação
Lei 25.040, de 27/11/2024	Assegura à pessoa com deficiência em condição de hipossuficiência o direito à gratuidade no pedido de emissão da carteira de identidade diferenciada como instrumento de promoção, inclusão e autonomia.
	Origem: Projeto de Lei 1.266/2023, de autoria do Deputado Eduardo Azevedo
Lei 25.078, de 20/12/2024	Dispõe sobre as normas de concessão e utilização do cordão de girassol como símbolo de identificação das pessoas com deficiências ocultas no Estado e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 4.050/2022, de autoria do Deputado Professor Wendel Mesquita
Saúde da Pessoa com Deficiência	
Lei 24.786, de 06/06/2024	Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 2.218/2020, de autoria do Deputado Cristiano Silveira

2024

SANEAMENTO BÁSICO	
Saneamento Básico	
Lei 24.673, de 12/01/2024	Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 2.885/2021, de autoria do Governador Romeu Zema Neto

SAÚDE PÚBLICA	
Recursos Humanos em Saúde	
Lei 25.008, de 05/11/2024	Dispõe sobre a criação do cadastro de médicos especialistas no Estado e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 5.060/2018, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Redes de Atenção em Saúde	
Lei 24.634, de 02/01/2024	Dispõe sobre a obrigatoriedade de acompanhamento por profissional de fisioterapia de pacientes com doença renal crônica durante a hemodiálise, na forma que menciona. Origem: Projeto de Lei 1.589/2020, de autoria do Deputado Gustavo Santana
Lei 24.647, de 08/01/2024	Institui a Campanha de Conscientização sobre o Zoster. Origem: Projeto de Lei 613/2019, de autoria da Deputada Ione Pinheiro
Lei 24.654, de 08/01/2024	Classifica o doente renal crônico como pessoa com deficiência para fins de fruição dos direitos assegurados pela Constituição do Estado e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 1.560/2020, de autoria da Deputada Beatriz Cerqueira
Lei 24.670, de 10/01/2024	Acréscita inciso ao art 4º da Lei 22256, de 27 de julho de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. Origem: Projeto de Lei 49/2023, de autoria do Deputado Charles Santos
Lei 24.783, de 06/06/2024	Institui no âmbito do Estado a Política de Diagnóstico e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH - e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 5.052/2018, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Lei 24.784, de 06/06/2024	Institui a Política do Sorriso Saudável na Terceira Idade, destinada a pessoas idosas domiciliadas em clínicas e residências geriátricas, instituições de longa permanência, casas-lares ou similares.

2024

	Origem: Projeto de Lei 5.293/2018, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Lei 24.819, de 14/06/2024	Cria o Selo ECCO - Empresa Comprometida no Combate à Obesidade. Origem: Projeto de Lei 900/2023, de autoria do Deputado Coronel Sandro
Lei 24.820, de 14/06/2024	Altera o art 1º e seu o parágrafo único da Lei 18797, de 31/3/2010, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde no Estado. (Altera art 1º, determinando utilização de seringa e agulha com dispositivo de segurança.) Origem: Projeto de Lei 1.514/2023, de autoria do Deputado Lucas Lasmar
Lei 24.845, de 27/06/2024	Dispõe sobre a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto nas redes pública e privada de saúde e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 1.358/2015, de autoria da Deputada Ione Pinheiro
Lei 24.975, de 17/09/2024	Dispõe sobre a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar na rede pública e privada do Estado e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 125/2023, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Lei 25.088, de 23/12/2024	Proíbe os profissionais de saúde e as operadoras de planos de assistência ou seguro de saúde de exigir o consentimento de cônjuge, familiar, companheiro ou companheira para realizar ou autorizar os procedimentos de inserção dos métodos contraceptivos no Estados. Origem: Projeto de Lei 3.019/2021, de autoria da Deputada Andréia de Jesus
Saúde Pública	
Lei 24.968, de 17/09/2024	Institui a política estadual de assistência à saúde do estudante no âmbito da rede pública de educação básica. Origem: Projeto de Lei 3.088/2015, de autoria do Deputado Cristiano Silveira
Lei 24.969, de 17/09/2024	Assegura a equidade de tratamento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - na rede privada complementar que integra a rede de atenção à saúde no Estado. Origem: Projeto de Lei 5.296/2018, de autoria do Deputado Doutor Jean Freire
Lei 25.060, de 19/12/2024	Institui a Política Estadual de Atenção à Gagueira e à Pessoa que Gagueja no Âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 3.918/2022, de autoria da Deputada Leninha

2024

Lei Complementar 175, de 14/06/2024	Altera a Lei Complementar 171, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a transposição e a transferência dos saldos constantes dos Fundos de Saúde dos municípios, provenientes de repasses da Secretaria de Estado de Saúde, e de saldos financeiros resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado e dá outras providências. (Acrescenta o art 2º-A, vedando a transposição ou transferência, pelos municípios, dos recursos provenientes do pagamento da dívida do Pro-Hosp pelo Fundo Estadual de Saúde, para outra finalidade ou beneficiário, diferente das definidas nas resoluções de origem.) Origem: Projeto de Lei Complementar 45/2024, de autoria do Deputado João Magalhães
Vigilância à Saúde	
Lei 24.674, de 12/01/2024	Dispõe sobre as medidas para a prevenção da introdução e controle de doenças aviárias de alta patogenicidade no Estado e dá outras providências. Origem: Projeto de Lei 1.784/2023, de autoria do Governador Romeu Zema Neto
Lei 24.938, de 26/07/2024	Dispõe sobre o Programa de Prevenção e Combate à Dengue e institui o Método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico de combate ao mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue e de outras doenças, no âmbito do Estado. Origem: Projeto de Lei 1.991/2024, de autoria do Deputado Gustavo Santana
Lei 24.994, de 26/09/2024	Estabelece as igrejas e os templos de qualquer culto como atividade essencial em períodos de calamidade pública no Estado de Minas Gerais. Origem: Projeto de Lei 1.756/2020, de autoria do Deputado Carlos Henrique

SEGURANÇA ALIMENTAR	
Segurança Alimentar	
Lei 24.976, de 18/09/2024	Dispõe sobre o programa Cozinha Solidária no Estado. Origem: Projeto de Lei 203/2023, de autoria da Deputada Bella Gonçalves

SEGURANÇA PÚBLICA	
Prevenção ao Crime e Justiça Criminal	
Lei 24.663, de 10/01/2024	Dispõe sobre a prioridade de tramitação dos procedimentos investigatórios na apuração dos crimes hediondos, dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra a dignidade sexual que tenham como vítimas crianças e adolescentes, no âmbito do Estado. Origem: Projeto de Lei 53/2023, de autoria do Deputado Eduardo Azevedo
Lei 24.959, de 04/09/2024	Altera a Lei 14695, de 30 de junho de 2003, que cria a Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária, a Diretoria de Inteligência Penitenciária e a carreira de Agente de Segurança Penitenciário e dá outras providências. (Substitui, em toda a extensão da lei, o termo "Agente de Segurança Penitenciário" por "Policial Penal".) Origem: Projeto de Lei 2.139/2024, de autoria do Deputado Eduardo Azevedo
Lei Complementar 174, de 07/06/2024	Altera a Lei Complementar 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. Origem: Projeto de Lei Complementar 40/2023, de autoria do Tribunal de Justiça
Lei Complementar 177, de 17/07/2024	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar 59, de 18 de janeiro de 2011, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, para prever o Programa de Residência Jurídica nos órgãos auxiliares da Justiça. Origem: Projeto de Lei Complementar 24/2023, de autoria do Tribunal de Justiça
Resolução 5.632, de 13/12/2024	Susta os efeitos do art 5º da Resolução 5295, de 13 de julho de 2023, do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais. Origem: Projeto de Resolução 26/2023, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Segurança Pública	
Lei 24.650, de 08/01/2024	Dispõe sobre o registro de dados de pessoas condenadas por violência contra a mulher no Estado. Origem: Projeto de Lei 3.400/2021, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Lei 24.787, de 06/06/2024	Altera dispositivo da Lei 11317, de 1993, que cria a medalha de mérito intelectual na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e modifica a Lei 200, de 8 de outubro de 1937. Origem: Projeto de Lei 1.060/2015, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues

2024

Lei 24.791, de 06/06/2024	Institui, no âmbito do Estado, a Política Estadual de Prevenção e Combate a Furtos e Roubos de cabos, fios metálicos, fibras ópticas, geradores, baterias, transformadores, equipamentos de transmissão, placas metálicas e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 3.684/2022, de autoria do Deputado Charles Santos
Lei 24.932, de 26/07/2024	Altera a Lei 23418, de 18/9/2019, que dispõe sobre o aproveitamento dos armamentos, peças, componentes e munições apreendidos pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do Estado.
	Origem: Projeto de Lei 2.487/2021, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues
Lei 24.995, de 26/09/2024	Altera o caput e acrescenta os §§ 3º e 4º ao art 1º da Lei 23576, de 15 de janeiro de 2020, que dispõe sobre as condições de trabalho das policiais militares, civis e penais, bombeiros militares e agentes socioeducativas, quando gestantes e lactantes.
	Origem: Projeto de Lei 3.851/2022, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues

TRABALHO, EMPREGO E RENDA	
Economia Popular e Solidária	
Lei 24.785, de 06/06/2024	Regulamenta, no âmbito do Estado, o art 3º, § 1º, inciso III, da Lei Federal 13874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica -, para classificar atividades de baixo risco.
	Origem: Projeto de Lei 1.462/2020, de autoria do Deputado Bruno Engler
Inspeção do Trabalho	
Lei 24.970, de 17/09/2024	Dispõe sobre equipamentos de segurança na agricultura familiar e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 325/2019, de autoria do Deputado Celinho Sintrocel
Lei 25.065, de 19/12/2024	Institui a Medalha Luiz Gama e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 1.634/2023, de autoria do Deputado Betão
Trabalho, Emprego e Renda	
Lei 24.785, de 06/06/2024	Regulamenta, no âmbito do Estado, o art 3º, § 1º, inciso III, da Lei Federal 13874, de 20 de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica -, para classificar atividades de baixo risco.
	Origem: Projeto de Lei 1.462/2020, de autoria do Deputado Bruno Engler
Lei 24.988, de 20/09/2024	Altera a Lei 24317, de 8 de maio 2023, que cria o Selo Empresa Parceira da Mulher. (Acrescenta incisos VIII, IX, X e XI ao art 2º, adicionando requisitos para obtenção do Selo Empresa Parceira da Mulher.)
	Origem: Projeto de Lei 1.428/2023, de autoria da Deputada Nayara Rocha

2024

Lei 25.038, de 27/11/2024	Institui a Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 1.239/2023, de autoria do Deputado Grego da Fundação

TRANSPORTE E TRÂNSITO	
Serviços de Transporte	
Emenda à Constituição 115/2024	Acrescenta o art 5º-A à Constituição do Estado para garantir a gratuidade no transporte público coletivo intermunicipal de passageiros nas regiões metropolitanas do Estado nos dias em que se realizam as eleições. Origem: Proposta de Emenda à Constituição 2/2023 de autoria dos Deputados Adriano Alvarenga, Alê Portela, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Antonio Carlos Arantes, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Betão, Bim da Ambulância, Cassio Soares, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Delegado Christiano Xavier, Douglas Melo, Doutor Jean Freire, Eduardo Azevedo, Gustavo Valadares, Leleco Pimentel, Leninha, Lohanna, Lucas Lasmar, Macaé Evaristo, Maria Clara Marra, Marli Ribeiro, Marquinho Lemos, Mário Henrique Caixa, Nayara Rocha, Noraldino Júnior, Oscar Teixeira, Professor Wendel Mesquita, Raul Belém, Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Sargento Rodrigues, Thiago Cota, Ulysses Gomes
Trânsito	
Lei 24.936, de 26/07/2024	Institui a Política de Conscientização para o Trânsito e Convivência Harmônica entre Veículos Automotores e Ferrovias no Estado e dá outras providências.
	Origem: Projeto de Lei 1.293/2023, de autoria da Deputada Maria Clara Marra
Transporte e Trânsito	
Lei 25.070, de 20/12/2024	Dispõe sobre o período de cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e altera a Lei 12735, de 30 de dezembro de 1997. (Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências.)
	Origem: Projeto de Lei 1.336/2015, de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr.